

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Patrícia Soares da Silva de Souza¹
Diógenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: Neste artigo aborda-se o tema a educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação infantil. Sabe-se que as crianças com deficiência, autismo, altas habilidades e/ou superdotação devem ser incluídas no ensino regular, mas para que isto aconteça é preciso que as instituições de educação infantil ofereçam estrutura física para recebê-las e atendê-las. É necessário garantir a todas as crianças uma educação que contribua com o seu desenvolvimento integral e também que as unidades educativas sejam de fato inclusivas em todos os aspectos educacionais. Todas as crianças devem ter a mesma igualdade de condições tanto no acesso quanto na permanência escolar, porém, os desafios enfrentados pelos profissionais no cotidiano da educação infantil nos mostram que também é necessária a abrangência de políticas e projetos educacionais que contemplem a todas as crianças para que de fato elas possam ter seus direitos garantidos e respeitados. Os professores precisam e devem receber formação continuada, pois é necessário realizar propostas pedagógicas que contemplem todas as crianças e proporcionem vivências que garantam a ampliação dos repertórios delas, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento.

1656

Palavras-chave: Crianças. Educação especial. Educação Inclusiva. Educação Infantil.

ABSTRACT: This article addresses the topic of special education from the perspective of inclusive education from the perspective of inclusive education in early childhood education. It is known that children with disabilities, autism, high abilities, and/or giftedness must be included in regular education, but for this to happen, early childhood education institutions must offer a physical structure to receive and serve them. It is necessary to guarantee all children in education that contributes to their integral development and also that educational units are truly inclusive in all educational aspects. All children must have the same equality of conditions both in accessing and remaining in school, however, the challenges faced by professionals in the daily life of early childhood education show us that it is also necessary to have comprehensive educational policies and projects that cover all children so that they can actually have their rights guaranteed and respected. Teachers need and must receive continued training, as it is necessary to carry out pedagogical proposals that include all children and provide experiences that guarantee the expansion of their repertoires, contributing to their full development.

Keywords: Children. Special Education. Inclusive Education. Early Childhood Education.

¹Mestranda CBS - Christian Business School.

²Doutor em Biologia. UFPE - Universidade Federal de Pernambuco – Orientador. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

INTRODUÇÃO

A constituição de 1988, art. 208, inciso IV, assegura que a educação infantil deve ser ofertada em creche e pré-escola, às crianças que tenham até cinco anos de idade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 29, estabelece esta modalidade de ensino como a primeira etapa da educação básica, e sua finalidade deve ser o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010, P. 12)

Com a consituição de 1988, a educação passou a ser direito de todos, o art. 205 da lei garante que, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a LDB, em seu art. 2º, a educação é um dever da família e do estado, que deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, e sua finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Se é dever do Estado e opção da família assegurar a educação da criança a partir do seu nascimento, em complementaridade com o papel e as ações da família nessa função, as instituições de educação infantil têm uma especificidade que as torna diferentes da família e da escola e que devem, devido à especificidade da faixa etária de suas crianças, desenvolver atividades ligadas ao cuidado e à educação dessas crianças. (CERISARA, 1999, P. 06).

No art. 206, inciso I, da Constituição de 1988, um dos princípios é que haja igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Ainda de acordo com a constituição de 1988, art. 208, inciso III, é garantido atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Deste modo, as crianças que são público alvo da educação especial devem ser incluídas no ensino regular.

Porém, ainda existem barreiras e desafios a serem vencidos e enfrentados para que estes direitos sejam de fato garantidos. É necessário garantir que as leis e documentos para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva sejam cumpridos.

Apesar da luta histórica, dos documentos e leis que asseguram e garantem o direito de todos à educação, é imprescindível que as unidades educativas em todos os níveis de ensino tanto em sua estrutura física, quanto nas práticas pedagógicas, estejam em constante transformação para atender a todas as crianças e proporcionar a inclusão que deve acontecer desde a primeira etapa da educação básica, ou seja, a educação infantil.

Na Educação Infantil as práticas pedagógicas devem contemplar a criança como um todo, é necessário “trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais”. (CERISARA, 1999, P. 06).

Na prática pedagógica também é imprescindível que se façam presentes ações que contemplem o cuidar e o educar de forma articulada. Pois a criança é um ser indivisível, sendo assim, essas propostas devem estar relacionadas com esta função indissociável da educação infantil e considerar a criança como um todo, isto é, um ser completo.

Educar e cuidar vai além de propostas significativas que considerem a criança como ponto de partida e sujeito de direitos. Também é fundamental que nas instituições de educação infantil o espaço físico ofereça diferentes possibilidades, para que as crianças possam se sentir como pertencentes a este espaço que é destinado à elas.

Uma pedagogia da educação infantil que garanta o direito à infância e o direito a melhores condições de vida para todas as crianças (pobres e ricas, brancas, negras e indígenas, meninos e meninas, estrangeiras e brasileiras, portadoras de necessidades especiais etc.) deve, necessariamente, mediante nossa diversidade cultural e, portanto, a organização do espaço, contemplar a gama de interesses da sociedade, das famílias e prioritariamente das crianças, atendendo às especificidades de cada demanda a fim de possibilitar identidade cultural e sentimento de pertencimento. (FARIA, 2007, P. 69).

Nas unidades educativas que atendem crianças de 0 a 5 anos, a organização do espaço deve ser feita de acordo com a proposta pedagógica da instituição, e oferecer um ambiente acolhedor, convidativo, aconchegante, lúdico, possibilitando que as crianças possam explorá-lo, fazendo assim, junto com seus pares novas descobertas que irão contribuir com o seu desenvolvimento. “cada grupo de profissionais de uma determinada instituição organizará o espaço de acordo com seus objetivos pedagógicos, de modo a superar os modelos rígidos de escola, de casa e de hospital. (FARIA, 2007, P. 70).

Desta forma, os espaços devem ser planejados e organizados não somente pelos professores, mas, também pelos demais profissionais que fazem parte da instituição. Deve haver um planejamento coletivo, tanto para a organização dos espaços das salas, como também do refeitório, dos parques, da biblioteca e outros ambientes que estejam disponíveis para serem

utilizados com as crianças. É necessário que haja intencionalidade ao planejar e organizar os espaços, para que desta maneira, eles possam despertar nas crianças o interesse e a curiosidade em explorá-los.

O ambiente contemplará processos e produtos, que deverão ser planejados pelas(os) professoras(es) e por todos os profissionais que atuam direta ou indiretamente com as crianças, organizando o espaço e o tempo. Assim, não falaremos em rotina, mas em jornada; não falaremos em atendimento, mas em educação e cuidado; não falaremos em educadores, mas em professores, profissionais da educação; não falaremos em serviços, mas em direitos, e desta maneira as instituições de educação infantil estarão em movimento constante, sempre aprimorando seu desempenho e construindo sua pedagogia. (FARIA, 2007, P. 71).

O ambiente das instituições de educação infantil, além de ser um espaço em que as crianças brincam, interagem, se desenvolvem, também é um espaço de produção de cultura.

Assim, as instituições de cuidado e educação das crianças pequenas promovem tanto a construção daquilo que os italianos chamam “cultura da infância” (a produção dos adultos voltada para a infância, realizada nas mais diferentes instâncias: literatura, brinquedos, filmes, vídeos, música, teatro, mobiliário, vestuário, etc.; como a construção da “cultura infantil” (produzida pelas crianças entre elas, no convívio com os adultos e com o adulto. (FARIA, 2007, P. 78).

Os diversos espaços da unidade proporcionam a interação da criança com seus coetâneos, com crianças de diferentes idades, com os seus e os outros professores e também com os demais adultos que fazem parte do seu cotidiano.

Portanto, o espaço físico precisa contemplar o convívio/confronto de crianças de várias idades e de vários tipos de adultos. Os pais e mães visitarão e observarão o lugar onde seus filhos permanecem tantas horas do dia, as professoras registrarão suas observações, documentarão suas iniciativas, e se as crianças de fato estiverem expressando-se através de suas cem linguagens, criando espaços fictícios, ... e o imprevisto acontecendo, além dos espaços planejados para que tudo isto aconteça... A criança gosta de ficar sozinha, gosta de ficar com adultos, mas do que ela mais gosta é de ficar brincando com seus pares, imitando, reproduzindo e recriando, enfim, criando cultura infantil. (FARIA, 2007, P. 78).

Por meio da organização do espaço é possível transmitir quais as concepções que os adultos que educam e cuidam das crianças pequenas tem sobre elas e sobre a educação que planejam para elas.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2010, P. 19 e 20)

Deste modo, ainda é necessário que ocorram mudanças para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação que contribua com o seu desenvolvimento integral, proporcionando vivências que garantam a ampliação dos seus repertórios. Para isto, é fundamental que as instituições de educação infantil sejam de fato inclusivas em todos os

aspectos, tanto na estrutura física, no Projeto Político Pedagógico, nas propostas pedagógicas e na formação inicial e continuada dos professores.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a inclusão é direito de todos e garantido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, é necessário que as instituições de educação infantil e os profissionais estejam preparados e capacitados para garantir uma inclusão de qualidade contribuindo assim para o desenvolvimento de todas as crianças.

De acordo com a LDB, a educação especial deve ser ofertada desde a educação infantil de preferência na escola regular. No artigo 59 da mesma lei encontramos os requisitos que os sistemas de ensino devem assegurar para ao público da educação especial, entre eles estão:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades... professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (LDB, 1996, artigo 59, incisos I e III).

Desta forma as unidades educativas devem garantir que estes critérios sejam cumpridos para que não aconteça somente uma integração e sim uma inclusão de qualidade para que as instituições educativas continuem no processo crescente de serem transformadoras.

1660

De acordo com Mantoan:

Afirmar que o Brasil mudou sua política de educação especial e melhorou em todos os aspectos – com a garantia da matrícula, do financiamento público e dos recursos de acessibilidade na escola comum – não significa, contudo, dizer que os nossos problemas históricos quanto à garantia do direito à educação aos estudantes com deficiência foram resolvidos. (MANTOAN, 2003, pág. 9-10).

De acordo com Mantoan (2003, pág. 10), os documentos e ações das instituições educativas corroboraram com a inclusão e contribuíram para que a modalidade de educação especial tivesse um novo rumo, que é responsável por organizar e oferecer atendimento educacional especializado, favorecendo a inclusão escolar daqueles a quem se destina.

Sabe-se que há desafios que necessitam ser enfrentados para garantir o acesso e permanência para todos na educação de maneira geral. Diante disso é necessário que aconteça uma transformação na educação, tanto nos programas educacionais, quanto nas ações pedagógicas para que sejam eliminadas as causas da exclusão.

A emergência de propostas educacionais avançadas em sistemas de ensino que começam a se modificar e a investir na qualidade da oferta educacional para todos significa a possibilidade de concretizar o desafio da inclusão escolar. (MANTOAN, 2003, pág. 11).

Deste modo, as instituições de ensino devem atender a todos e buscar caminhos que contemple todas as crianças de maneira igualitária e incluir no projeto pedagógico perspectivas de diferentes formas de ensino e aprendizagem.

Desta maneira,

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais. (MANTOAN, 2003, pág. 43).

Para que a educação seja inclusiva é fundamental redefinir as práticas pedagógicas. Segundo Mantoan (2003, pág. 43), a educação não se encaixa no modelo escolar tradicional, portanto, a preparação do professor nessa direção exige mudanças nas propostas de profissionalização e na formação em serviço, pois as escolas serão transformadas se aderirem a esse novo projeto educacional.

Desta forma, é imprescindível que haja condições de trabalho condizentes com as diretrizes e os documentos que tratam sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Segundo o Parecer CNE/CEB n. 17/2001,

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001b, pág.14,apud GARCIA, 2006, pág. 302).

1661

Diante disto, é essencial que haja uma organização e maneiras para diversificar a prática pedagógica com possibilidades e caminhos que inovem a metodologia de ensinar e aprender.

A política educacional brasileira apoia-se no discurso da educação inclusiva, especialmente no que tange à educação básica. Contudo, os mecanismos de que dispõe para evitar e minimizar a “exclusão” escolar não superam os elementos que geram a desigualdade educacional relacionados a ensinar e aprender que, por sua vez, estão vinculados à dinâmica social vigente. (GARCIA, 2006, pág. 313).

Portanto, é fundamental considerar a diversidade e as singularidades dos sujeitos que frequentam as unidades educativas para contribuir com o desenvolvimento dos mesmos.

Entretanto, Rozek afirma que,

Torna-se imperativo (re) pensar e problematizar a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, o que requer atitude filosófica como instrumento intelectual que deve permear todo o processo formativo do sujeito professor, pois o investimento na formação e na atuação profissional não pode se reduzir a uma qualificação técnica e metodológica. (2012, pág.24).

Porém, é importante considerar e rever os princípios que norteiam as ações pedagógicas e entender como os profissionais se colocam neste cenário que é desafiador, que traz questionamentos, angústias, aprendizados e ressignificação do seu papel como professor.

Desta maneira, é essencial discutir, refletir, avaliar e se aprofundar na temática da educação inclusiva e também na formação dos professores.

Diante dos desafios que os profissionais enfrentam no cotidiano das instituições e das demandas que a eles são impostas faz-se necessário estudar, planejar e proporcionar práticas e ter acesso a recursos inovadores que contribuam para tornar as unidades educativas em ambientes inclusivos.

De acordo com Nóvoa (1995, apud Rozek, 2012, pág. 29),

A formação, numa perspectiva crítico-reflexiva, deve fornecer aos professores os meios de um pensamento autônomo. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os próprios projetos, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

A formação de professores está em constante mudança, por isso, não é um produto final e acabado com metodologias a serem seguidas e modelos prontos. O professor deve ser pesquisador, buscando novas aprendizagens para analisar criticamente a sua prática. Portanto, é fundamental investir em sua formação. Segundo Rozek (2012, pág. 30), a formação passa pela experiência, pelo ensaio do novo, passa por processos de investigação, diretamente articulados às práticas educativas.

Para que aconteça uma transformação que seja relevante na prática docente, é necessário repensar a formação dos professores.

De acordo com Patto et al. (2004, apud, Rozek, 2012, pág. 31),

A formação é mais do que o domínio de conhecimentos em determinado campo disciplinar e aprendizagem de métodos e técnicas de ensino ou de pesquisa; sem negar a relevância destes, a autora insiste que formação é, sobretudo, um exercício permanente de presença viva no mundo; tem de ser pensada dentro da perspectiva do compromisso ético.

Nesse sentido, a formação vai além de buscar conhecimento sobre questões teóricas, ela deve fazer parte da vida dos profissionais que trabalham com as crianças pequenas. Não que o conhecimento que se adquire seja algo irrelevante ou dispensável.

Muito se discute sobre a inclusão das crianças com deficiência, autismo e/ou altas habilidades/superdotação, este é um assunto que precisa ganhar mais espaço, fazendo parte das discussões no âmbito educacional, pois ainda se configura como um desafio a ser enfrentado no espaço da educação infantil.

[...] Um grande e atual desafio da Educação Infantil ainda é tornar seus serviços inclusos, acolhendo as crianças pequenas com necessidades especiais e proporcionando-lhes atenção e atendimento de qualidade adequada às suas características e especificidades. (MENDES apud SOUZA, 2019, P. 11).

Desta maneira, se faz necessário que tanto os profissionais, quanto as famílias cumpram seu papel neste processo, pois ambos são responsáveis pela educação e desenvolvimento das crianças. O que deve ficar claro que são papéis distintos que se complementam.

Logo, na busca pela concretização de uma educação inclusiva, sem dúvida, os papéis dos educadores e da família se destacam porque ambos são fundamentais para a trajetória de vida das pessoas tanto em termos de aprendizagem, quanto de desenvolvimento, o que significa dizer que estes podem tanto ser propulsores quanto limitadores do desenvolvimento humano (BRAZELTON, 2002; GIL, 2004; SCHIMITERLÖW; FERNANDEZ, 2004; DRAGO, 2011; BRONFENBRENNER, 2011 apud SOUZA, 2019, P. 13).

Sendo a educação das crianças pequenas uma complementação entre a instituição educacional e as famílias, deve haver colaboração entre as partes para que a criança não seja prejudicada em seu desenvolvimento.

Brazelton (2002), afirma que os pais necessitam de uma ajuda profissional quando se percebe que o filho apresenta alterações em seu desenvolvimento, pois sem isso eles podem – por ansiedade ou falta de orientação – contribuir com o quadro de atraso ou mesmo superproteger sua criança, deixando de estarem sensíveis às condições reais do infante. (Apud SOUZA, 2019, P. 14).

É fundamental que não somente as crianças com necessidades especiais, autismo e/ou altas habilidades/superdotação, mas também suas famílias participem do processo de inclusão, junto à unidade educativa que a criança frequenta. Esta parceria é indispensável para que haja trocas, acolhimento, orientações e informações que as profissionais de sala precisam ter conhecimento e também para que as famílias possam ter um espaço em que possam ser recebidas para conversar, tirar dúvidas e falar sobre suas inseguranças, pois, desta forma a criança será beneficiada.

Conforme os dados assinalados sobre a criança pequena com necessidades especiais, sobre a importância da família e da Educação Infantil como contextos de promoção de desenvolvimento na primeira infância, e diante das contradições que ainda permeiam os processos da Educação Inclusiva, apresenta-se como pressuposto que a inclusão da criança pequena com necessidades especiais no contexto de Centros Municipais de Educação Infantil vem sendo realizada a partir de conceitos e práticas que fortalecem principalmente os aspectos socializadores do processo inclusivo, o que implica na possibilidade de que estar no referido contexto não caracteriza uma educação inclusiva. Por esta condição é que se faz cada vez mais relevante investir em estudos acerca da educação inclusiva e de sua necessária qualidade. (SOUZA, 2019, P. 17).

A inclusão não se dá apenas com a presença das crianças que são público alvo da educação especial nas salas regulares de ensino, ela vai muito além, engloba aspectos teóricos, materiais, de infraestrutura, de profissionais, de formação inicial e continuada, entre outros.

De acordo com Mantoan (2015, p. 23), os sistemas escolares fazem divisões entre o público que atendem denominando como normais ou com deficiência, na modalidade de ensino como regular ou normal e entre os professores que são especialistas nesta ou naquela área da educação.

Deste modo, é necessário estar atento para não fazer distinção entre as crianças, dividindo a educação em áreas de atuação. Mas de que maneira seria possível não fazer divisões na área da educação?

A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador – sem os quais é difícil romper com o velho modelo escolar e produzir a reviravolta que a inclusão impõe”. (MANTOAN, 2015, P. 24).

Um dos ideais da educação inclusiva é garantir que todas as crianças tenham acesso ao ensino regular desde a educação infantil. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos, estruturado em função dessas necessidades.” (MANTOAN, 2015, P. 28).

A educação inclusiva é aquela que, no caso da educação infantil, atende a todos da mesma maneira, sem distinção. Ou seja, as crianças desta etapa inicial da educação básica são respeitadas, não havendo espaço para discriminação. E dependendo da deficiência e caso haja necessidade, as propostas pedagógicas devem ser adaptadas para elas.

Para Mantoan,

A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam receber, indistintamente, todos os alunos, nas salas de aula comuns e em todos os níveis e etapas de ensino. (2015, P. 29).

Desta maneira não se deve realizar apenas uma integração, é necessário garantir a inclusão que deve iniciar na educação infantil.

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. (MANTOAN, 2015, P. 38).

Segundo Mantoan (2015, p. 64), é preciso “formar, aperfeiçoar e valorizar o professor, a fim de que tenha condições e estímulo para enfrentar um ensino sem exclusões e exceções.”

Desta forma, não é possível garantir um atendimento de qualidade para todas as crianças se esta tarefa for designada apenas aos profissionais que trabalham em sala de aula. É necessário haver mudanças contínuas com a participação efetiva de todos os indivíduos que fazem parte do processo educacional.

Tem-se um ensino de qualidade baseado em condições de trabalho pedagógico que implicam formação de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na cooperação, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos. (MANTOAN, 2015, P. 66).

Além disso, é essencial que os professores tenham tempo para se atualizar, fazer leituras, estudar e participar de formações sobre este assunto. É imprescindível investir na formação dos professores para que estes sejam capacitados e qualificados.

Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na formação de profissionais qualificados, de outro não se pode descuidar da realização dessa formação. É preciso estar atento ao modo como os professores aprendem ao aperfeiçoarem seus conhecimentos pedagógicos, e também ao modo como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais suscitados pelo ensino inclusivo. (MANTOAN, 2015, P. 80).

Desta maneira, para:

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. (MANTOAN, 2015, P. 81).

Desta forma, para acontecer a inclusão, é indispensável que ocorra uma mudança na educação como um todo. É fundamental romper com o modelo tradicional, iniciando pelos cursos de formação de professores que devem garantir esta discussão de maneira mais profunda em seus currículos e também nas formações continuadas oferecidas aos profissionais, estas precisam cada vez mais abranger a todos que estão diariamente nas instituições de educação.

1665

O professor de educação infantil e de ensino fundamental I e os licenciados, além da formação em serviço nas escolas, carecem de uma formação em educação inclusiva, que deveria vir de todas as disciplinas que compõem o currículo de formação inicial. (MANTOAN, 2015, P. 81).

Além da formação continuada, é necessário que o currículo dos cursos de formação de professores contemple a inclusão na educação. E nas instituições de educação infantil deve haver também entre os profissionais espaço para estudo e discussões relacionados a esta temática.

Tal proposta de formação visa incentivar os professores a se encontrar regularmente com os colegas de escola, a fim de estudarem juntos e colaborarem com seus pares, trocando ideias, dirimindo dúvidas, buscando opiniões com outros especialistas internos e externos à escola. Enfim, descobrindo os caminhos pedagógicos da inclusão. (MANTOAN, 2015, P. 82).

Desta forma, todos os envolvidos com o cuidado e educação das crianças devem participar destes momentos que proporcionam trocas de experiências e são enriquecedores para a prática pedagógica.

Espera-se que o ensino comum se defina inteiramente pela inclusão e que políticas públicas possam orientar, como o faz a educação especial, a reviravolta que se espera da escola e da formação inicial e continuada de professores, tornando o ensino acessível a todos os alunos. (MANTOAN, 2015, P. 83).

Assim como a educação infantil passou a ter uma característica educacional somente quando os movimentos sociais começaram a lutar pelas crianças, a educação das pessoas com deficiência em frequentar o ensino regular também teve início por meio das lutas realizadas para que este direito fosse assegurado.

“Foi a partir dos anos 90 que o Brasil deu início verdadeiramente a uma longa e permanente luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais de frequentar o ensino regular”. (FREITAS, 2008 apud SOUZA, 2019, p. 67).

Assim como em outros países, ocorreu também no Brasil uma transformação na educação, o que resultou no início do estabelecimento da educação inclusiva.

Garcia (2008), lembra que a década de 1990 teve como marca maior a reforma educacional ocorrida principalmente nos países em desenvolvimento, tal como o Brasil, e a qual foi orientada, entre outros aspectos, pelo discurso da inclusão social. Assim vários foram os eventos que corroboraram para que essa premissa de educação inclusiva fosse se arraigando. (Apud SOUZA, 2019, p. 67).

Sendo assim, vários eventos foram organizados em alguns países, para discutir sobre esta temática. De acordo com Souza, (2019, 67), entre estes eventos ocorreram os seguintes:

- Conferência Mundial de Educação Para todos, em 1990, em Jomtiem na Tailândia;
- Conferência Mundial Sobre as Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, em Salamanca na Espanha; que resultou na Declaração de Salamanca, importante documento orientador para a educação inclusiva;
- Convenção Interamericana Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, ocorrida na Guatemala, em 1999.
- Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - promovida pela ONU, em Nova YORK, em 2006.

Estes eventos contribuíram para promover os direitos das pessoas com deficiência.

O movimento pela educação inclusiva no Brasil teve um grande impacto na discussão de políticas educacionais para crianças e adolescentes com necessidades especiais uma vez que a grande maioria desta população havia sido historicamente excluída do sistema educacional público brasileiro. (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011 apud SOUZA, 2019, P. 67).

Em nosso país, conseqüentemente foram realizadas ações para promover mudanças na educação destes indivíduos.

Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, em 1990, o Brasil estabeleceu metas básicas para melhorar o sistema educacional brasileiro. Entre esses objetivos, parecia necessário melhorar a educação de crianças e adolescentes com necessidades especiais. (SOUZA, 2019, P. 67).

“E, na prática, a educação inclusiva vem sendo um grande desafio, pois vem reorientando as redes municipais de ensino a uma reorganização por propor novas demandas e redefinir competências e responsabilidades”. (GARCIA, 2008 apud SOUZA, 2019, P. 69).

Com as leis que garantem o acesso e permanência das crianças que são público alvo da educação especial no ensino regular, neste caso, nas instituições de educação infantil, foi necessário e continua sendo fazer modificações no âmbito deste espaço educacional para proporcionar cuidado e educação de qualidade.

A previsão legal de ampliação do acesso de crianças pequenas com necessidades especiais em condição de inclusão no ensino regular, especialmente na educação infantil, pressupõe adequações para garantir um atendimento de qualidade desde tenra idade. O que vem se constituindo como mais um dos grandes desafios de implementação do paradigma inclusivo. (SOUZA, 2019, P. 71).

Desta maneira, é essencial que a educação especial na perspectiva da inclusão seja vinculada à educação infantil. As duas modalidades de ensino possuem suas particularidades e especificidades, mas devem caminhar juntas.

De acordo com Benincasa (2011):

A importância da articulação entre os campos da educação especial e da educação infantil na construção de propostas pedagógicas que sirvam como suporte aos diferentes sujeitos envolvidos (professores, comunidade, família e criança) para a efetiva permanência do aluno com necessidades especiais no ensino comum; a presença de uma variedade de modos de recepção e compreensão do movimento de inclusão escolar por parte dos educadores envolvidos; o reconhecimento de que o local de instituição (estrutura física e questões relacionadas à acessibilidade, por exemplo) produz impacto para se pensar os processos de escolarização de seus alunos e a tomada de decisão relativa a esses processos. (apud SOUZA, 2019, P. 74 e 75).

Não basta somente assegurar que as crianças sejam matriculadas e frequentem o ambiente educacional. “Só se aprende a fazer uma escola inclusiva na ação e na discussão a respeito.” (SOUZA, 2019, P. 85).

Sem as condições necessárias e as modificações que estão acontecendo no ambiente educativo e que precisam continuar ocorrendo, dificilmente haverá inclusão de qualidade na educação das crianças com deficiência, autismo e/ou altas habilidades/superdotação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças iniciam a vida escolar na educação infantil, um direito que foi conquistado com a Constituição de 1998, a mesma lei também garante que as crianças com deficiência recebam atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

Após alguns anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio reforçar e ampliar estes direitos. De acordo com esta lei, a educação especial é uma modalidade de ensino escolar e deve ser oferecida de preferência na rede regular de ensino.

Porém, para que a educação especial ocorra numa perspectiva de inclusão, é necessário que haja modificações do ponto de vista educacional como um todo. Não basta apenas garantir o acesso e permanência na lei, é indispensável garantir que o acesso e permanência seja uma realidade no cotidiano das instituições de educação infantil, proporcionando uma educação de qualidade para todas as crianças, inclusive para as que são público alvo da educação especial.

É fundamental que as instituições educacionais possuam estrutura física que possibilite o acesso para todos, que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e contemple todas as crianças, que professores estejam capacitados e que recebem formação continuada, que tenha um Projeto Político Pedagógico Inclusivo, ou seja, que a inclusão ocorra em todos os aspectos educacionais, pois, desta forma, todas as crianças serão incluídas no processo educacional, sem distinção.

É necessário que a educação esteja em constante transformação para cumprir o que consta nas leis e documentos sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A inclusão é efetivamente realizada quando todos os sujeitos envolvidos no contexto educacional cumprem seu papel. É necessário o envolvimento de todos na defesa e manutenção desta conquista, para que assim, todas as crianças possam ter uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade se faz com a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos neste processo que é essencial para as crianças.

Desta forma, o processo educacional irá contemplar todas as crianças, garantindo seus direitos e contribuindo com o desenvolvimento integral de cada uma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 16/01/2023.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC. SEB, 2010. BRASIL. Ministério da Educação.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 16/01/2023.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, número especial, p. 11-21, jul./-dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10539/10082>>. Acesso em 14/05/2024.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (orgs.) **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. São Paulo, Autores Associados, 2007. p. 67-90.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas Para a Educação Especial e as Formas Organizativas do Trabalho Pedagógico**. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, Set.-Dez. 2006, v.12, n.3, p.299-316.

LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos/Iria Brzezinski (org.). – São Paulo: Cortez, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

ROZEK, marlene. **A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8785/2/A_formacao_de_professores_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva.pdf>. Acesso em 18/01/2023.

1669

SOUZA, Nelly Narcizo de. **Educação Infantil na Perspectiva da inclusão: reflexões para novas ações**. Curitiba: CRV, 2019.